

Os ajustes de 2015

Por Yoshiaki Nakano

Valor Econômico, 10.6.2014

Desde Adam Smith e Marx sabemos que a economia capitalista enfrenta dificuldades no pleno emprego

No cenário da maioria dos analistas econômicos e dos empresários para o ano pós-eleitoral, qualquer que seja o vencedor, o ano de 2015 é assumido como ano de ajustes. Falar sobre 2015 é futurologia e na melhor das hipóteses um jogo de adivinhação. Então o que é possível fazer com um mínimo de objetividade é tentar analisar distorções e problemas que travam ou significam ameaças para o futuro da economia brasileira hoje e que precisam de ajustes ou reformas para removê-las.

Vamos iniciar pelos problemas de curto prazo que são mais imediatos, requerem maior urgência e poderão se transformar numa demanda política. Vamos aqui focar no problema da inflação, que está indissolúvelmente ligado às condições em que opera o mercado de trabalho e que vem ultimamente provocando uma onda de greves. Deixando de lado os efeitos dos choques de preços, provocados pelas secas etc, que têm efeito temporário, a persistência da inflação recente no Brasil tem um caráter mais estrutural e setorial, pois é a inflação oriunda no setor nontradables, particularmente do setor de serviços, que tende a desencadear uma inflação de salários e daí a se generalizar para os demais setores da economia.

Daí por que está indissolúvelmente ligado às condições, praticamente de pleno emprego, em que passou a operar o mercado de trabalho, no período recente, no Brasil. Na verdade, este é um fenômeno novo, que trouxe instabilidade para o país e que tanto o setor público como o setor privado bem como as instituições e as políticas públicas precisam se ajustar.

Desde Adam Smith e Marx sabemos que economia capitalista enfrenta séries de dificuldades no pleno emprego. Por isso este último autor falava que o capitalismo não sobreviveria sem um "exército industrial de reserva" (trabalhadores desempregados prontos e dispostos a trabalhar). Na literatura econômica moderna a relação empírica entre taxa de desemprego e a variação da taxa de salário recebeu a denominação de Curva de Phillips: quando o desemprego cai a partir de uma certa taxa, dita natural, os salários aumentam acima da produtividade e com isto os preços são pressionados, isto é: a taxa de inflação aumenta.

Existe, portanto uma certa taxa de desemprego natural que equilibra o mercado de trabalho e portanto mantém a inflação estável. No Brasil a taxa de desemprego atingiu certamente um nível que está gerando elevação dos salários acima da produtividade e tem puxado a taxa de inflação para o limite superior da meta, com o risco de gerar uma espiral inflacionária salário-preços, apesar da elevação da taxa de juros pelo Banco Central. Isto ocorre por que o governo entende que é preciso manter a demanda agregada superior à oferta agregada, para estimular o crescimento. E isto ocorre no Brasil de um forma peculiar e com a economia semi-estagnada.

Na indústria, devido à taxa de câmbio apreciada e ao custo Brasil, boa parte dos setores não consegue competir com os importados. Desta forma, o estímulo da expansão de demanda é transferido para o exterior e apesar dos aumentos de salários acima da produtividade, a inflação está sob controle nestes setores, a margem de lucro é que é comprimida. Desta forma, o setor que não sofre competição externa, serviços em geral, é favorecido não só pela expansão da demanda como pela taxa de câmbio, fazendo com que os seus preços aumentem duas vezes mais do que no setor industrial. Este é a fonte básica da aceleração da inflação no período recente no Brasil.

Neste quadro, não resta outra alternativa para controlar a inflação a não ser conter a demanda agregada e elevar a taxa de desemprego para reequilibrar o mercado de trabalho. Evidentemente, este tipo de medida não agrada a nenhum político, muito menos ao governante de plantão. A situação é preocupante, porque o governo dá sinais de que não aceita este diagnóstico e tem recorrido a medidas administrativas, postergando o reajuste de alguns preços, criando uma inflação reprimida. Daí a previsão de que passado o ano eleitoral, em 2015 este ajuste deverá tornar-se inevitável.

Vamos supor que, com novas medidas monetárias ativas do Banco Central e medidas fiscais do governo, a taxa de desemprego aumente, cria-se desemprego, os salários sejam contidos e que a inflação ceda. Com este ajuste estará o Brasil pronto para voltar a crescer? Não, infelizmente. Com elevado custo Brasil e taxa de câmbio apreciada a desindustrialização deverá persistir. Tão logo as medidas de contenção da demanda agregada sejam afrouxadas o setor de serviços poderá reagir positivamente, mas a indústria não terá nem reservas nem condições de competitividade para enfrentar as importações. Assim, voltamos à estaca zero: a inflação voltará a partir do setor de serviços e a economia continuará semi-estagnada.

Em outras palavras, o ajuste necessário em 2015/16 envolve muito mais do que conter a inflação por medidas macroeconômicas convencionais. Sem reduzir o custo Brasil, particularmente o diferencial de taxa de juros e de carga tributária comparado ao nossos parceiros comerciais, e uma depreciação mais persistente da taxa de câmbio, não vamos reativar a locomotiva que move a economia, o setor industrial, com seus serviços modernos. Tudo isto precisa ser feito numa sequência e intensidade de medidas monetárias, fiscais e cambiais corretas senão podemos ter efeitos adversos, não esquecendo que estamos estrangulados pela infraestrutura inadequada. O desafio é formidável!